

ANÁLISE DE POLÍTICA COMERCIAL Nº 6

TEMA: AGENDA COM PARCEIROS
ESTRATÉGICOS

CNI
Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Relações econômicas entre Brasil e Argentina: prioridades da indústria

Brasil e Argentina mantêm uma parceria econômica de grande importância para ambos os países. O Brasil foi o principal parceiro comercial da Argentina durante a maior parte da última década, enquanto o país vizinho se manteve como terceiro principal parceiro comercial do Brasil. O comércio bilateral tem alta participação de bens da indústria de transformação, que representaram 88,8% da corrente de comércio entre 2013 e 2022.

No entanto, as relações econômicas entre Brasil e Argentina estão aquém do potencial. O Brasil reduziu sua participação nas importações argentinas em 6,2 pontos percentuais (p.p.), de 24,7% para 19,5%, entre 2013 e 2022. Como resultado, o país foi ultrapassado pela China como o principal fornecedor

externo da Argentina em 2021 e 2022. Já a Argentina perdeu 2,0 p.p. de participação nas importações brasileiras.

Os investimentos bilaterais ainda não recuperaram o patamar observado no começo na década. Em 2021, o estoque de investimentos entre Brasil e Argentina foi 22,2% menor do que o estoque registrado em 2012. Cabe mencionar que a Argentina, que tem a segunda maior presença de multinacionais brasileiras, foi o país com o maior número de saídas de empresas brasileiras em 2021.

Além disso, tanto o Brasil, quanto a Argentina, enfrentam seus respectivos desafios para melhorar a integração ao comércio internacional, visto que os dois países têm perdido participação tanto na produção quanto na exportação mundial de bens da indústria de transformação nos últimos anos.

É fundamental que Brasil e Argentina intensifiquem o diálogo bilateral para fortalecer a parceria econômica. Para isso, a CNI apresenta suas prioridades em três eixos: comércio bilateral; infraestrutura e logística; e integração regional e internacional.

Gráfico 1: Comércio de bens do Brasil com a Argentina (US\$ bilhões)



Fonte: ComexStat. Elaboração: CNI.

Brasil e Argentina perderam espaço na indústria de transformação mundial

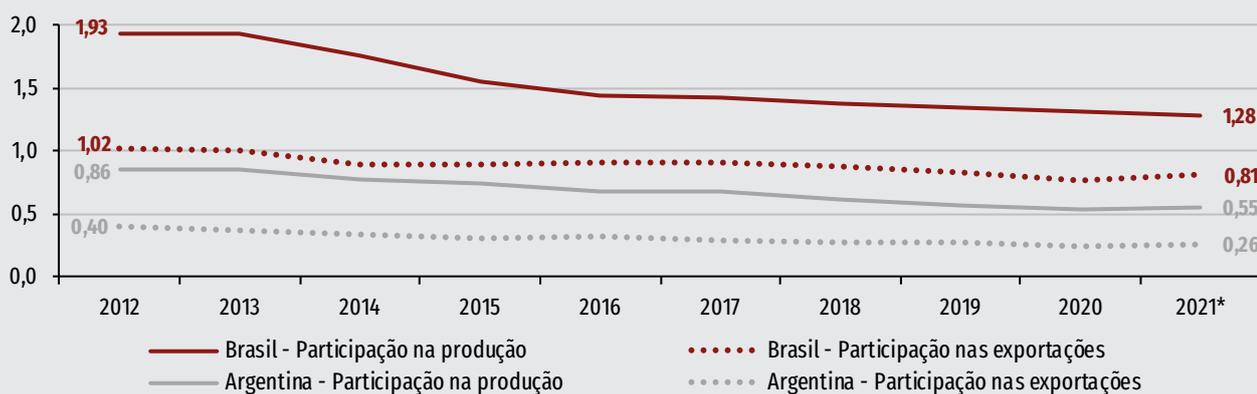
A participação do Brasil e da Argentina na produção de bens da indústria de transformação mundial diminuiu entre 2012 e 2021. Nesse período, a participação do Brasil recuou de 1,93% para 1,28%. Até 2014, o país figurava entre os 10 maiores produtores mundiais, no entanto, passou a ocupar a 15ª posição em 2021. No caso da Argentina, a participação recuou de 0,86% para 0,55% na década analisada. Com isso, a Argentina caiu da 20ª para a 25ª posição nesse ranking.

Os dois países perderam, também, participação nas exportações mundiais de

bens da indústria de transformação. A participação brasileira diminuiu de 1,02% para 0,81% entre 2012 e 2021. No ranking de países exportadores desses bens, o Brasil passou da 26ª para a 31ª posição. Já a participação argentina caiu de 0,40% para 0,26% no período analisado. Assim, a Argentina passou da 40ª para a 45ª posição do ranking.

É importante notar que, tanto o Brasil, quanto a Argentina, tiveram posições no ranking de países exportadores de bens da indústria de transformação consideravelmente abaixo das posições no ranking de países produtores desses bens. Isso indica que a integração internacional dos países está muito aquém do potencial, e reforça a importância de promover uma maior competitividade da indústria em ambos países.

Gráfico 2: Participação do Brasil e da Argentina na produção e nas exportações de bens da indústria de transformação mundial (%)



Fonte: UNIDO e OCDE. Elaboração: CNI.

* A participação nas exportações de bens industriais em 2021 é uma estimativa da CNI.

Brasil perdeu para a China a posição de maior fornecedor externo da Argentina

O comércio bilateral entre Brasil e Argentina tem perdido relevância mútua para ambos os países. A participação do Brasil nas importações argentinas diminuiu 6,2 p.p., de 25,7% para 19,5%, entre 2013 e 2022. O Brasil chegou a registrar participação de 26,9% em 2017, mas esse percentual se reduziu por cinco anos, até atingir a mínima registrada no último ano. Como resultado, o Brasil foi ultrapassado

pela China como o principal fornecedor externo da Argentina em 2021 e 2022. O país asiático aumentou sua participação nas importações argentinas de 15,2% para 21,3% na década analisada.

A participação da Argentina nas importações brasileiras também diminuiu entre 2013 e 2022. A Argentina representava 6,8% das importações brasileiras em 2013. Esse percentual oscilou anualmente até registrar 4,8% em 2022, o menor percentual da década. Ainda assim, a Argentina continuou como terceira principal fornecedora externa do Brasil, atrás da China e dos Estados Unidos.

Gráfico 3: Participação do Brasil nas importações argentinas e da Argentina nas importações brasileiras (%)



Fonte: ComexStat, TradeMap e Indec. Elaboração: CNI.

Comércio de bens do Brasil com a Argentina não recuperou o patamar do início da década

O comércio de bens do Brasil com a Argentina totalizou US\$ 15,3 bilhões em exportações e US\$ 13,1 bilhões em importações em 2022, aumentando 28,6% e 22,9% na comparação com 2021, respectivamente. As exportações brasileiras para a Argentina foram impulsionadas tanto pelo aumento de 15,3% nos preços dos bens, quanto pelo aumento de 10,1% na quantidade exportada. No caso das importações, os preços dos produtos cresceram 14,7%, enquanto a quantidade importada recuou 3,9% no mesmo período.

O comércio bilateral ainda não recuperou os valores registrados no começo da última década, especialmente antes de 2014. O melhor momento para as exportações brasileiras com destino à Argentina foi em 2013, quando as vendas externas atingiram US\$19,6 bilhões. Em 2018 e 2020, as vendas externas para a Argentina reduziram significativamente e, apesar de terem voltado a crescer em 2021 e 2022, ainda não recuperaram o patamar observado em 2013. Igualmente, as importações brasileiras da Argentina também aumentaram em 2021 e 2022, mas continuam abaixo do valor registrado no início da década.

Gráfico 4: Comércio de bens do Brasil com a Argentina (US\$ bilhões)



Fonte: ComexStat. Elaboração: CNI.

Comércio bilateral tem alta participação de bens da indústria de transformação

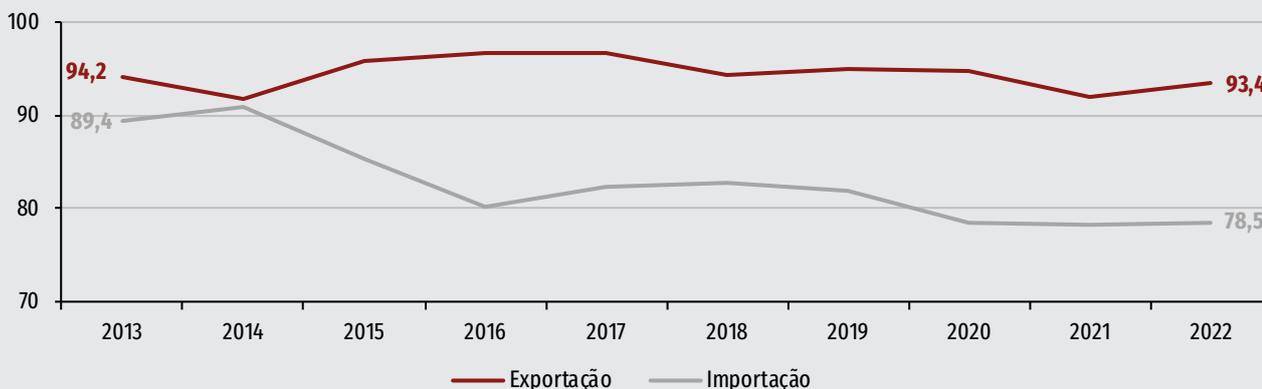
O comércio de bens entre Brasil e Argentina tem alta participação de bens da indústria de transformação. O setor representou 94,4% das exportações do Brasil para a Argentina e 82,9% das importações brasileiras vindas do país sul-americano, em média, entre 2013 e 2022.

A participação de bens da indústria de transformação nas exportações do Brasil para a Argentina se manteve acima de 90% ao longo da última década. No entanto, após atingir 96,6%, em 2016 e 2017, a participação desses bens diminuiu para 93,4%, em 2022, 3,2 p.p. inferior. No caso das importações brasileiras da Argentina, a participação de bens da indústria de transformação reduziu de 90,9%, em 2014, para 78,5% em 2021 (-12,4 p.p.).

A redução da participação de bens da indústria de transformação no comércio bilateral ocorreu devido à queda do setor de Veículos automotores, que produz bens de consumo duráveis e bens de capital. As exportações brasileiras para a Argentina desse setor reduziram 53,7% entre 2013 e 2022. Nesse período, a participação do setor na pauta exportadora reduziu de 48,7% para 28,8%. No caso das importações brasileiras vindas da Argentina desse setor, as aquisições diminuíram 35,9% na mesma base de comparação. Assim, a participação do setor na pauta importadora reduziu de 51,1% para 41,2% entre 2013 e 2022.

Além da elevada participação da indústria de transformação, o comércio bilateral também tem importante parcela de setores que produzem bens de consumo duráveis e bens de capital. Entre 2013 e 2022, esses bens responderam por, em média, 53,4% das exportações do Brasil para a Argentina e 46,0% das importações brasileiras vindas do país vizinho. Esses bens agregam maior valor na cadeia produtiva e têm mais efeitos positivos na geração de emprego e renda na economia.

Gráfico 5: Participação da indústria de transformação no comércio de bens do Brasil com a Argentina (%)



Fonte: ComexStat e FuncexData. Elaboração: CNI.

Os bens da indústria de transformação também se destacam no comércio bilateral em termos de principais produtos. No triênio de 2020 a 2022, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Argentina foram: veículos automotores (19,8%), peças e acessórios para veículos

automotores (10,1%), ferro e aço (6,7%), plásticos e borracha sintética (4,4%) e metais preciosos (4,3%). No mesmo período, os principais produtos que o Brasil importou da Argentina foram: veículos automotores (35,1%), cereais (16,0%), plásticos e borracha sintética (4,4%), petróleo refinado (3,9%) e peças e acessórios para veículos automotores (3,4%).

Investimentos bilaterais continuam abaixo do nível do começo da década

Os investimentos do Brasil na Argentina recuperaram-se da redução causada pela pandemia de Covid-19. O estoque de investimentos brasileiros na Argentina somou US\$ 4,4 bilhões em 2021. Esse valor representou uma recuperação frente aos anos de 2018 a 2020, porém, ainda em nível inferior ao começo da década. Já o estoque de investimentos da Argentina no Brasil somou US\$ 1,1 bilhão em 2021. Esse valor também representou uma recuperação em relação a 2020, mas ainda inferior ao estoque registrado em 2019 e no começo da década.

Vale destacar que a Argentina é o segundo destino mais procurado pelas multinacionais brasileiras para instalação de subsidiárias e franquias no exterior. No entanto, a Argentina foi o país que mais registrou saídas de empresas brasileiras em 2021.

Em termos de setores de investimentos anunciados, quatro setores representaram 74,7% dos investimentos anunciados pelo Brasil na Argentina na última década: têxteis (28,5%), produtos de consumo (22,2%), alimentos e bebidas (15,2%) e metalurgia (8,8%). Por outro lado, 89,3% dos investimentos anunciados pela Argentina no Brasil se concentram em dois setores: produtos de consumo (58,4%) e serviços financeiros (30,9%).

Gráfico 6: Estoque de investimentos entre Brasil e Argentina (US\$ bilhões)



Fonte: ComexStat e FuncexData. Elaboração: CNI.



Prioridades da indústria brasileira

Fortalecer as relações econômicas entre Brasil e Argentina é fundamental para a retomada do comércio de bens e dos investimentos bilaterais. Além disso, os dois países podem cooperar e atuar de forma conjunta e estratégica nos âmbitos regional e multilateral para aprimorar a integração internacional de suas economias.

Para cumprir esses objetivos, a CNI apresenta suas prioridades para dar um novo impulso à parceria econômica entre o Brasil e a Argentina, como contribuição para o Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina, que os governos dos dois países decidiram elaborar para promover os temas prioritários da agenda bilateral. Nesse sentido, a CNI reforça a importância de dar continuidade às reuniões da Comissão de Produção e Comércio Brasil-Argentina, um mecanismo de diálogo fundamental entre os governos e os setores produtivos.

1. Comércio Bilateral

1.1 Eliminar barreiras comerciais entre Brasil e Argentina para facilitar o fluxo comercial:

Em resposta à situação fiscal e à redução das reservas cambiais, o governo argentino adotou medidas para restringir as importações e controlar a saída de divisas, por meio das políticas de concessão licenças não automáticas e de anuência do banco central argentino para o pagamento de importações. Essas medidas têm restringido as importações argentinas, afetando as exportações brasileiras. Desse modo, é fundamental que Brasil e Argentina avancem em direção à eliminação dessas barreiras comerciais.

1.2 Promover iniciativas de Cooperação Regulatória:

Divergências regulatórias podem gerar entraves que impactam negativamente o comércio bilateral. As iniciativas de cooperação regulatória reduzem, e até mesmo eliminam, esses entraves. Dessa forma, Brasil e Argentina podem estabelecer marcos de convergência regulatória de modo a colaborar para a uma integração mais efetiva. Propõe-se iniciativas envolvendo setores específicos, como têxteis e brinquedos. No setor têxtil, há divergência regulatória na forma de comprovação da composição dos materiais têxteis, enquanto no setor de brinquedos há descompasso entre os regulamentos de certificação de brinquedos.

1.3 Celebrar um protocolo bilateral sobre facilitação de comércio:

Tanto o setor privado brasileiro quanto o argentino enfrentam cotidianamente diversos gargalos que desestimulam o comércio bilateral, como o excesso de burocracia e a falta de previsibilidade na atuação dos controles aduaneiros dos dois países. Embora Brasil e Argentina tenham compromissos de facilitação de comércio no âmbito multilateral e regional, é fundamental a celebração de um compromisso bilateral mais ambicioso, que tem maior potencial de assegurar a redução de burocracias, de tempo e de custos nas trocas comerciais bilaterais. Além disso, esse compromisso bilateral é essencial para uma maior cooperação e coordenação de fronteiras, de automação e de modernização aduaneira.

1.4 Assinar um Acordo de Reconhecimento Mútuo entre os Programas de OEA:

Embora Brasil e Argentina já tenham celebrado Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) no âmbito regional e com terceiros países, ainda não possuem um ARM bilateral de seus programas de Operador Econômico Autorizado (OEA) que possibilite estender os benefícios concedidos às empresas certificadas de um lado ao outro da fronteira no comércio bilateral. No programa de OEA, a aduana de cada país certifica os operadores confiáveis de comércio exterior, com o objetivo de acelerar o despacho de mercadorias e garantir maior segurança, conformidade, previsibilidade e competitividade.

1.5 Revisar o Acordo de Recife sobre Áreas de Controle Integrado do Mercosul e plena implantação do Centro Único de Fronteira

Embora seis fronteiras entre Brasil e Argentina tenham sido designadas como áreas de controle integrado (ACI) ao amparo do chamado Acordo de Recife, estabelecido no âmbito do Mercosul,

na prática, apenas as fronteiras de São Borja (BR) - Santo Tomé (AR) estão integradas dos dois lados. Na maior parte das demais fronteiras há apenas uma integração parcial e é preciso rever o Acordo de Recife a fim de garantir as instalações e os recursos nas fronteiras para a realização efetiva do controle integrado, bem como a efetiva implantação e funcionamento do centro único de fronteira São Borja (BR) - Santo Tomé (AR).

2. Infraestrutura e logística

2.1 Integrar a malha de transporte de gás natural:

A construção do segundo trecho do Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre (GASUP) e do Gasoduto Néstor Kirchner pode garantir a disponibilidade e integração da malha de transporte de gás natural entre Brasil e Argentina, levando em conta o necessário equilíbrio com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Essas construções fortaleceriam o atendimento a mercados importantes e com demanda reprimida atualmente, como a região Sul do Brasil, além de permitirem a conexão com os países do Cone Sul, beneficiando o suprimento de gás natural, os consumidores e trazendo vantagens comerciais.

2.2 Garantir o escoamento da produção no corredor de integração Uruguaiana-Passo de Los Libres:

Atualmente, o fluxo rodoviário bilateral ocorre pela Ponte Internacional Getúlio Vargas - Agustín Pedro Justo, que

1.6 Fortalecer o financiamento do comércio exterior:

Incentivar o trabalho conjunto dos países, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do *Banco de Inversión y Comercio Exterior* (BICE) e do *Banco Nación*, para a ampliação do financiamento ao comércio exterior e da capacidade de empréstimo dos bancos de desenvolvimento latino-americanos. Outra medida importante é o fortalecimento e expansão do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), com foco na ampliação de sua utilização e o aumento do comércio bilateral, principalmente para pequenas e médias empresas (PMEs).

apresenta frequentes paralisações no tráfego e problemas estruturais em decorrência da falta de investimentos. O fluxo atual é bastante superior ao concebido em 1945, quando a ponte foi inaugurada. Assim, é necessário garantir investimentos para sua manutenção periódica, para a construção de uma nova ponte com condições de absorver a demanda atual e futura, e para garantir maior segurança e fluidez dos veículos e caminhões de carga.

2.3 Avançar no processo de integração do transporte rodoviário Brasil-Argentina:

A escassez de veículos capazes de atender à alta demanda no transporte rodoviário internacional faz com que muitos transportadores utilizem veículos de transporte doméstico para iniciar o percurso, seguido por transbordo e baldeação irregulares. Parte substancial do transporte rodoviário Brasil-Argentina ocorre por meio de acordos bilaterais amparados pelo Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), com pouca flexibilidade para que um caminhão brasileiro que vá transportar cargas para a Argentina possa fazer fretes para outros países, e vice-versa.

3. Integração regional e internacional

3.1 Fortalecer o multilateralismo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC):

Incentivar o trabalho conjunto do Brasil e da Argentina no âmbito da OMC em temas de interesse mútuo, especialmente para a Reforma da OMC, com objetivo de fortalecer tanto o pilar negociador quanto o pilar de solução de controvérsias, aumentando a confiança e a eficácia do sistema multilateral de comércio.

3.2 Fortalecer a agenda econômica do Mercosul:

É fundamental avançar na internalização e na plena implementação do Acordo de Facilitação de Comércio e do Acordo sobre Comércio Eletrônico e do

Protocolo de Contratações Públicas. Além disso, deve-se priorizar a conclusão de negociações de temas relevantes, como a ampliação do Protocolo de Serviços e a revisão do Regime de Origem.

3.3 Aprofundar a agenda negociadora regional:

Dar continuidade ao diálogo exploratório com El Salvador e República Dominicana, a fim de lançar negociações de livre comércio, e iniciar diálogos com outros países da América Central. Paralelamente, retomar negociações de temas não tarifários com México e países da América do Sul.

3.4 Avançar de forma estratégica na agenda negociadora extrarregional:

A conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia é fundamental para a promover a integração internacional tanto do Brasil, quanto da Argentina. Além disso, deve-se priorizar as negociações em curso com Canadá e *European Free Trade Association* (EFTA) e iniciar diálogo exploratório com Reino Unido.

4. Outros temas:

4.1 Implementar uma agenda bilateral para o desenvolvimento sustentável:

A cooperação em direção a uma economia de baixo carbono, incluindo temas como transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal, é fundamental para valorizar competitivamente as oportunidades para o Brasil e para a Argentina e para equilibrar esses compromissos com os objetivos do desenvolvimento social e econômico.

4.2 Promover programas conjuntos de digitalização e Indústria 4.0:

Para as empresas industriais, especialmente para as PMEs, há um desafio de acessar e implementar novas tecnologias, especialmente para identificar suas necessidades e avançar no caminho certo da digitalização e da melhoria da produtividade. Essa questão requer abordar programas conjuntos para promover o investimento, a pesquisa e o desenvolvimento do uso de tecnologias digitais avançadas para a produção, com ênfase na transição para atividades produtivas mais sustentáveis. É igualmente necessário incluir, nesse aspecto, o desenvolvimento de cadeias de valor, juntamente com economias baseadas no conhecimento, com maior potencial de exportação.



Veja mais

Mais informações em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canis/assuntos-internacionais/>

ANÁLISE DE POLÍTICA COMERCIAL | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE | Diretora: Lytha Battiston Spindola | Superintendência de Desenvolvimento Industrial - SDI | Gerência de Comércio e Integração Internacional | Gerente: Constanza Negri Biasutti | Análise: Gerlane Gonçalves de Andrade, Marcus Gabriel da Silva, Sofia Alves de Montenegro Correa, Afonso de Carvalho Costa Lopes, Marcos Vinicius Sasso Bento, Marina Isadora Barbosa Souza, Paula Gomes de Melo Silva, Pietra Paraense Mauro e Ronnie Sa Pimentel | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Amanda Priscilla Moreira | Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992: sac@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

